



Quarta-feira, 14 de abril de 2021 às 16:05, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 2981017: LEI COMPLEMENTAR Nº 303, DE 14 DE
ABRIL DE 2021**

ENTIDADE

Prefeitura Municipal de Palhoça

MUNICÍPIO

Palhoça



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:2981017>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

LEI COMPLEMENTAR Nº 303, DE 14 DE ABRIL DE 2021.

REVISÃO GERAL ANUAL. Dispõe sobre a revisão anual de que trata o art. 37, X, da Constituição Federal e altera a Lei 1.320/2001 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, aos cargos de provimento efetivo reposição salarial de 7,52 % (sete vírgula cinquenta e dois por cento), a ser calculada sobre a remuneração do mês de março de 2021, com efeitos a partir do mês de abril de 2021, conforme o que dispõe a Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, art. 37, inciso X da Constituição Federal, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único. A reposição salarial prevista no *caput* do art. 1º refere-se ao acordo realizado e aprovado em Assembleia Geral dos Servidores quanto Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA referente ao acumulado em 12 (doze) meses (janeiro a dezembro) do ano de 2019 e ao acumulado em 12 (doze) meses (janeiro a dezembro) do ano de 2020, e deverá ser aplicado aos servidores regidos pela Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, aos servidores públicos do magistério, reposição salarial de 7,52 % (sete vírgula cinquenta e dois por cento), a ser calculada sobre a remuneração do mês de dezembro de 2020, com efeitos a partir do mês de janeiro de 2021, conforme o que dispõe o § 3º do art. 118 da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010, art. 37, inciso X da Constituição Federal, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único. A reposição salarial prevista no *caput* do art. 1º refere-se ao acordo realizado e aprovado em Assembleia Geral dos Servidores quanto Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA referente ao acumulado em 12 (doze) meses (janeiro a dezembro) do ano de 2019 e ao acumulado em 12 (doze) meses (janeiro a dezembro) do ano de 2020, e deverá ser aplicado, exclusivamente, aos servidores regidos pela Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 3º Aos servidores previstos no art. 2º desta Lei Complementar será efetuado o pagamento, na forma de diferença e/ou complementação salarial, referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2021.

Art. 4º Fica concedida revisão geral anual de 7,52 % (sete vírgula cinquenta e dois por cento) na remuneração dos servidores públicos ocupantes de cargos comissionados, conselheiros tutelares e agentes políticos eletivos e não eletivos do Município de Palhoça.

Parágrafo Único. O percentual previsto no caput deste artigo corresponde a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal, destinada a preservar o poder aquisitivo decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA referente aos anos de 2019 e 2020.

Art. 5º Aplica-se o disposto nesta Lei Complementar, conforme o caso, aos servidores ativos e inativos, aos pensionistas previdenciários e aos professores contratados por tempo determinado.

Art. 6º Fica alterado o art. 65 da Lei Municipal nº 1.320, de 12 de novembro de 2001, que entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei, com a seguinte redação:

"Art. 65. A contribuição do servidor público ativo ou inativo e do pensionista previdenciário, de qualquer dos Poderes do Município, incluídas suas Autarquias e Fundações, para a manutenção do Regime Próprio de Previdência Social, será de 14% (quatorze por cento), incidente sobre a remuneração-de-contribuição, definida no art. 66, observado o disposto no §1º deste artigo.

§ 1º A contribuição do servidor inativo e pensionista previdenciário incidirá apenas sobre a parcela dos proventos ou valor da pensão que exceder ao teto máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, hipótese em que será considerada a totalidade do valor do benefício para fins de definição da alíquota aplicável.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo aos servidores inativos e aos pensionistas previdenciários que têm seus proventos pagos diretamente pelo Tesouro Municipal." (N.R.)

Art. 7º A revisão geral anual prevista no art. 4º desta Lei Complementar não se aplica aos cargos de Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários, Presidentes e Procurador Geral do Município, ficando fixados os subsídios atuais, conforme anexo desta Lei.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações específicas do orçamento vigente do Município, suplementado se necessário.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de abril de 2021, exceto para o art. 6º que passa a vigorar no prazo de 90 (noventa) dias da publicação.

Palhoça, 14 de abril de 2021.

EDUARDO FRECCIA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2021

Edição nº ____/2021

Secretaria de Governo

Eu, _____ Osvaldo Bossolan Neto, certifico que a redação desta Lei Complementar foi conferida e está de acordo com a Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 004/2021 aprovado pela Câmara de Vereadores de Palhoça, sem emendas.

ANEXO I

TABELA DE NÍVEIS

Nível	Código-N
Agente Político Eletivo	APE
Agente Político Não Eletivo	APNE

ANEXO II

TABELA DE CARGOS E NÍVEIS

Cargo	Código-N	Código- C
Prefeito Municipal	APE	PREF
Vice-Prefeito	APE	VPREF
Secretário Municipal	APNE	SEC
Procurador Geral	APNE	PGM
Secretário Executivo	APNE	SECE
Presidente	APNE	PRES

ANEXO III**TABELA DE SUBSÍDIOS**

Cargo	Código-N-C	Subsídio
APE	APE-PREF	20.910,52
	APE-VPREF	15.682,89
APNE	APNE-SEC	10.813,87
	APNE-PGM	10.813,87
	APNE-SECE	10.813,87
	APNE-PRES	10.813,87